

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 6 a 9 de abril, em Brasília.

O IMPACTO POLÍTICO DO CORONAVÍRUS

As pesquisas de opinião realizadas nas últimas semanas colocam em alerta o Palácio do Planalto. Tais levantamentos mostram maior alinhamento da população com as ações restritivas e de isolamento social, acompanhando os discursos adotados por prefeitos e governadores – *que observam também o crescimento de seu apoio popular*. No caminho oposto, o presidente Jair Bolsonaro, que tem defendido a flexibilização do isolamento para minimizar seus impactos econômicos, vê crescer sua rejeição e passou a fazer gestos mais efusivos à população evangélica em busca de apoio.

O posicionamento de Bolsonaro sobre a questão também iniciou um conflito com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. O tom dos dois subiu na última semana, que chegou a contar com a manifestação do presidente de que alguns de seus ministros viraram estrelas, mas que avisou que “a hora deles vai chegar” e que não teria medo de usar sua caneta. Em meio ao discurso mais firme de Mandetta, em apoio às medidas restritivas e críticas indiretas à atuação do presidente, está também definida sua estratégia sobre a questão: não vai pedir para sair, jogando

para Bolsonaro o ônus de demitir o principal ministro a frente do combate à doença durante a pandemia.

As críticas ao presidente seguem firmes também no Congresso Nacional. Em entrevista divulgada nesta segunda (06), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o governo é lento para reagir à crise e que deveria agir para “salvar vidas e empregos” em vez de “criar conflitos e insegurança” e defendeu a atuação do ministro da Saúde neste momento. Ele disse ainda que os ataques nas redes sociais direcionados aos parlamentares e aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) são comandados por assessores de Bolsonaro.

As ações do Parlamento em busca do protagonismo sobre o tema devem acelerar a partir desta semana. Após promover os ajustes necessários para continuidade dos trabalhos legislativos durante a restrição de acesso ao Congresso, os parlamentares devem organizar uma agenda de votações mais intensa para as próximas semanas voltada a aprovação de Medidas Provisórias e projetos com foco no enfrentamento da crise do coronavírus.

Destaques da Semana

Semana

- [Expectativa de acordo](#) para votar o PL 1179/20 (*Regime jurídico emergencial e transitório no Direito Privado*)

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro se reuniu com diversos ministros, dentre eles, Braga Netto (Casa Civil), Jorge Antônio de oliveira (Secretaria-Geral), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional).

Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão se reuniu com o presidente do BNDES.

<p>Casa Civil</p>	<p>Agenda do Ministro-Chefe – Braga Netto se reuniu, nesta segunda, com o presidente da SindiTelebrasil, Marcos Ferrari, com os CEOs de empresas telefônicas, se reuniu com o diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem e participou da reunião do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.</p>
<p>ME Ministério da Economia</p>	<p>Agenda do Ministro – Paulo Guedes se reuniu, nesta segunda, com o Conselho Monetário Nacional, com secretários especiais do Ministério da Economia e com os presidentes do Banco do Brasil, Rubem Novas e da Caixa Econômica Federal Pedro Guimarães.</p> <p>Balança Comercial – A balança comercial registrou superávit de US\$ 6,444 bilhões no acumulado do ano até este domingo (5). No começo de abril até o dia 5, ainda segundo dados oficiais, a balança comercial registrou um superávit (exportações menos importações) de US\$ 882 milhões. Neste período, as exportações somaram US\$ 2,813 bilhões, valor 2,1% maior do que o registrado no mesmo período de abril do ano passado. Já as importações totalizaram US\$ 1,931 bilhão, queda de 0,8% na mesma comparação.</p>
<p>BACEN Banco Central do Brasil</p>	<p>Agenda do presidente – Roberto Campos Neto se reuniu, nesta segunda, com o CEO do Bocom BBM, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, com representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e com o presidente Brasil do Bank of America (BoFA), Eduardo Alcalay.</p> <p>Boletim Focus – A estimativa do mercado para o PIB brasileiro está em menos 1,18%, é a oitava semana seguida de queda. Segundo o Boletim Focus, além da queda do PIB, economistas também preveem uma queda na inflação, que deve ficar em 2,72%. O mercado financeiro também passou a prever um novo corte na taxa básica de juros da economia, a Selic, atualmente na mínima histórica de 3,25% ao ano. A projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – a inflação oficial do país – caiu para 2,72%. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 permaneceu estável em R\$ 4,50 por dólar.</p>
<p>BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento</p>	<p>Agenda do presidente – Gustavo Montezano se reuniu com o vice-presidente da República, Hamilton Mourão.</p>

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

Plenário

Dando continuidade ao trabalho de enfrentamento dos efeitos econômicos do coronavírus, o Plenário da Câmara dos Deputados pode votar, nesta semana, a [MPV 905/19](#) (*Contrato de trabalho Verde Amarelo*) – que precisa ser aprovado até o dia 20/04 - e o Plano Mansueto ([PLP 149/19](#)) de ajuda aos estados. Há ainda a expectativa de um acordo para votar o PL 1179/20 (*Regime jurídico emergencial e transitório no Direito Privado*), que fora aprovado no Senado na última sexta (3).

Senado Federal

Plenário No Senado Federal um acordo feito na semana passada pode levar à votação do [PL 1282/20](#) (*Programa Nacional de Apoio as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMP*), do [PL 949/20](#) (*Desoneração da folha de pagamentos durante o estado de emergência*), e do [PL 1128/20](#) (*Empréstimos para quitação da folha de pagamentos das empresas privadas*), sem prejuízo da inclusão de novas matérias, caso haja consenso.

Política

Congresso aposta semana na pauta econômica contra pandemia. Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal escolheram a pauta econômica como prioritária em suas sessões virtuais de projetos contra a pandemia de coronavírus. Enquanto os senadores preparam um pacote com 3 projetos de ajuda a empresas, os deputados podem aprovar o chamado Plano Mansueto, que libera recursos para Estados endividados. Na reunião de líderes do Senado na quinta-feira (2), foi decidido que os projetos prioritários que devem ser votados pelo Senado nessa semana são o projeto de apoio às microempresas e pequenas empresas. Fonte: Poder 360

Câmara aprova PEC do orçamento de guerra. A Câmara dos Deputados aprovou na sexta-feira a chamada PEC do “orçamento de guerra”, que separa do orçamento principal os gastos com o enfrentamento da crise do coronavírus. A Proposta de Emenda à Constituição cria um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia internacional. Fonte: Reuters

Governo edita MP que cria programa para financiar folhas de pagamento. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) editou uma medida provisória (MP) que concede linhas de créditos a empresas com renda bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões. Com isso, os empresários poderão financiar dois meses de salários com apoio da modalidade, que terá taxa de juros de 3,75% ao ano. A iniciativa foi batizada de Programa Emergencial de Suporte a Empregos, com o objetivo de preservar empregos durante a crise decorrente do novo coronavírus. Fonte: Congresso em Foco

Maia vai pautar ajuda aos estados e MPs na próxima semana. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou que deve pautar o Plano Mansueto no início da próxima semana. A proposta estabelece um programa de ajuda financeira aos estados comprometidos com medidas de ajuste fiscal. Maia também disse que vai organizar um calendário de votações de Medidas Provisórias na semana que vem para dar celeridade às propostas no combate à pandemia. Fonte: Agência Brasil

Senadores pedem adiamento das eleições municipais. No Senado, as propostas legislativas de adiamento das eleições municipais, de 2020 para 2022, vêm ganhando força. O senador Major Olimpio (PSL-SP), por exemplo, defende a unificação dos pleitos federais, estaduais e municipais, evitando assim os gastos com as campanhas eleitorais deste ano. A economia esperada, segundo o senador, seria de até R\$ 1,5 bilhão, além dos recursos do fundo eleitoral, que não seriam utilizados. Fonte: Agência Senado

Mercado financeiro prevê queda de 1,18% da economia este ano. O mercado financeiro estima queda ainda maior da economia este ano, por influência da pandemia do coronavírus. A previsão de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – agora é de 1,18%. Essa foi a oitava redução consecutiva. Na semana passada, o mercado previa queda de 0,48%. A estimativa consta do boletim Focus, uma publicação elaborada todas as semanas pelo Banco Central, com a projeção para os principais indicadores econômicos. Fonte: Agência Brasil

Plenário pode votar Contrato Verde e Amarelo e Plano Mansueto. O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar amanhã medida provisória que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP 905/19) e proposta que muda várias regras para ingresso e manutenção dos estados no Regime de Recuperação Fiscal, conhecida como Plano Mansueto (PLP 149/19). A reunião está agendada para as 10 horas. Fonte: Agência Câmara

Bolsonaro decide demitir Mandetta ainda nesta segunda-feira. O presidente Jair Bolsonaro decidiu demitir ainda nesta segunda-feira o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em meio à crise do novo coronavírus. O ato oficial de exoneração de Mandetta está sendo preparado nesta tarde no Palácio do Planalto. A expectativa é que a decisão seja publicada em edição extra do Diário Oficial da União após reunião do presidente com todos os ministros, entre eles Mandetta, convocada para as 17h. A informação sobre a exoneração de Mandetta foi confirmada ao GLOBO por dois auxiliares do presidente da República. O deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), ex-ministro da Cidadania, é o mais cotado para substituí-lo. Fonte: Valor Econômico

Bolsonaro chama reunião ministerial de última hora. O presidente Jair Bolsonaro convocou nesta segunda-feira uma reunião ministerial, incluindo também presidentes de bancos, para o mesmo horário em que costuma ocorrer a entrevista coletiva sobre a atualização dos dados da epidemia de coronavírus no país com a presença de vários ministros. A convocação para a reunião foi feita repentinamente no final da manhã desta segunda-feira. Normalmente, Bolsonaro reúne o ministério nas terças-feiras. A razão da reunião não foi informada pelo Palácio do Planalto. Fonte: Reuters

Coronavírus

Plano de Ministério da Saúde prevê flexibilização de isolamento logo após a Páscoa. O Ministério da Saúde planeja começar nesta semana a preparação para mudar a orientação do tipo de isolamento, saindo do atual para o chamado de restrito, cujo foco é mais direcionado a idosos e grupos de risco. A abertura deve ser por regiões, desde que respeitados critérios, como número suficiente de leitos de UTI, respiradores, máscaras, luvas, pessoal e testes rápidos em grande volume. A nova orientação passaria a valer a partir da Páscoa, dia 13. Com a dificuldade com fornecedores e para importação de insumos, o ministério pode reavaliar a data. Fonte: Folha de S. Paulo

Guedes sugere “passaporte de imunidade” na “2ª onda” de impacto da covid-19. O ministro Paulo Guedes (Economia) disse que o Brasil passará por uma 2ª onda do impacto do coronavírus —a 1ª de saúde e esta outra, econômica. Sugeriu que, para lidar com essa nova etapa, o país deverá utilizar um “passaporte de imunidade”. Segundo Guedes, haverá “testes em massa”, o que possibilitará que um número maior de pessoas saiba se está ou não com a doença. Dessa forma, quem não estiver com o vírus, poderá circular. “Tem o passaporte de imunidade. Está negativo? Pode circular. As pessoas vão sendo testadas semanalmente. Quem estiver livre [do vírus], continua trabalhando normalmente.”. Fonte: Poder 360

Regra de ouro preocupa equipe econômica no pagamento do “coronavoucher”. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou na sexta-feira (3), as ações que o governo tem adotado para combater os efeitos econômicos da pandemia do covid-19. O principal destaque da fala de Guedes foi o pagamento do auxílio de R\$ 600 a trabalhadores informais, o chamado coronavoucher. Guedes ressaltou que os gastos com o programa chegarão a perto de R\$ 100 bilhões - valor superior ao que estava previsto no orçamento de 2020 para todas as despesas discricionárias de todos os ministérios. Fonte: Congresso em Foco

São Paulo prorroga quarentena até o dia 22 de abril. O governador João Doria (PSDB) prorrogou a quarentena em São Paulo para conter o avanço do novo coronavírus por mais 15 dias. A quarentena começou em São Paulo no dia 24 de março e teria validade até esta terça-feira, dia 7, mas foi prorrogada até o dia 22 deste mês. Fonte: Infomoney

Coronavírus: Guedes defende congelar salários do setor público por dois anos. O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu no domingo (5), durante videoconferência com congressistas do DEM, o congelamento dos salários do setor público durante dois anos como forma de contribuir para redução de despesas neste período de combate ao coronavírus. Técnicos da Economia chegaram a propor uma redução de 25% durante este ano. O deputado Ricardo Barros (PP-PR) defende uma redução de 30% dos vencimentos de todo setor público, incluindo Executivo, Legislativo e Judiciário. Fonte: G1 - Notícias

Ceará deve ser o primeiro estado a atingir pico de infecção por coronavírus, alertam pesquisadores. No boletim da Rede CoVida consta que o Ceará deve alcançar o número de 3.053 pessoas infectadas pelo novo coronavírus, ultrapassando o Rio de Janeiro (2.887) e ficando atrás apenas de São Paulo (11.684), na quarta-feira (8). O cálculo aponta, ainda, que o Brasil deve ter cerca de 21 mil casos de pacientes infectados e mais de 500 mortes pela doença neste mesmo dia. Fonte: G1 - Notícias

Projeto do Senado amplia lista de trabalhadores informais beneficiados com auxílio de R\$ 600. Apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o projeto que amplia o alcance deste benefício foi aprovado pelo Senado e agora será analisado pela Câmara dos Deputados. O texto deixa clara a inclusão entre os possíveis

beneficiários os seguintes trabalhadores informais de baixa renda - isto é, com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo (R\$ 522,50) ou renda familiar mensal total de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00). Fonte: Agência Câmara

Mudança na LDO para facilitar gastos com a pandemia é sancionada com um veto. O presidente Jair Bolsonaro sancionou na sexta-feira (3) a Lei 13.983/2020, que facilita os gastos do governo no combate à pandemia de coronavírus e regulamenta a execução de emendas impositivas. A norma foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União. Agora o Executivo vai ter margem orçamentária para aumentar gastos para lidar com as consequências econômicas, sociais e de saúde pública da doença, uma vez que as alterações ajustam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao estado de calamidade reconhecido pelo Congresso Nacional em março. Fonte: Agência Senado

Empresa que reduzir jornada e salário também poderá financiar parte da folha, diz secretário. O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, afirmou na sexta-feira, 3, que as empresas que reduzirem a jornada e o salário dos trabalhadores também poderão aderir ao programa de financiamento da folha para arcar com o restante do pagamento dos funcionários. O governo detalhou nesta sexta a medida provisória anunciada na semana passada, que abrirá uma linha de R\$ 40 bilhões de crédito emergencial para pequenas e médias empresas. O objetivo é ajudá-las a pagar os salários de seus funcionários pelo período de dois meses. Fonte: O Estado de S. Paulo

Quase metade das companhias abertas tem produção afetada pela covid-19. Com o avanço do novo coronavírus, companhias anunciaram nas últimas semanas a paralisação ou a redução da produção como medidas para atenuar os efeitos da crise e para adequar-se aos tempos de incerteza. Das 116 empresas de capital aberto que divulgaram no último mês comentários sobre a pandemia em documentos enviados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 48 citaram algum tipo de interrupção nas atividades, como o fechamento de lojas e fábricas, a paralisação de obras ou a redução de níveis de produção. Fonte: Valor Econômico

Último Foco

Justiça Federal proíbe agências reguladoras de cortar serviços essenciais. A juíza federal Natalia Luchini, da 12ª Vara Cível Federal de São Paulo, proferiu na quinta-feira, 2, sentença favorável, em caráter liminar, à Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idecon) contra a Anatel, além das agências Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP) e Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp). Com a decisão, a juíza proibiu as agências de suspender o fornecimento de serviços considerados essenciais, como telefonia, água e gás canalizado, por falta de pagamento durante o estado de calamidade pública ocasionado pela pandemia do coronavírus (covid-19). Fonte: Teletime

Sete em cada 10 empresas brasileiras investem em Inteligência Artificial. O uso de tecnologias avançadas para combater fraudes cresceu em todo o mundo, com as empresas participantes da pesquisa indicando que entendem as ferramentas de analytics como uma prioridade estratégica. No Brasil, 66% afirmam que consideram ou já estão na fase de implementação do uso de inteligência artificial nos processos de prevenção à fraude, mesma porcentagem daquelas que relatam usar machine learning. Nas duas opções, os brasileiros estão à frente da média global, que é de 55% e 51%, respectivamente. Os dados são da Pesquisa Global de Fraude e Identidade, realizada pela Experian. Fonte: Convergência Digital

Coronavírus desfaz qualquer projeção para venda de PCs, impressoras e tablets no Brasil. De janeiro a dezembro de 2019, as vendas de computadores e impressoras no Brasil cresceram 2,6% e 3,1%, respectivamente, e as de tablets caíram 7,4% na comparação com 2018. Foram vendidos 5,8 milhões de computadores, 2,4 milhões de impressoras e 3,3 milhões de tablets. Os dados são da IDC Brasil. Em receita, os mercados de computadores e tablets registraram aumento na comparação com 2018. A alta foi de 14,7% e 5,4%, com R\$ 18,9 bilhões e R\$ 2,02 bilhões, respectivamente. Já o mercado de impressoras teve queda de 1,3%, com faturamento de US\$ 659 milhões. Com relação a 2020, todas as projeções estão afetadas pela pandemia do coronavírus. Fonte: Convergência Digital

Banco Central põe em consulta regras do PIX, o pagamento instantâneo. O Banco Central abriu na segunda, 6/4, a consulta pública 76/2020 sobre o regulamento do PIX, o pagamento instantâneo brasileiro. Em linhas gerais, o regulamento dispõe sobre o funcionamento do PIX; as regras de uso da marca PIX; os tipos de participantes admitidos e os requisitos de participação; o processo de autorização das transações; seus tempos máximos; o processo de liquidação; os riscos e mecanismos de gerenciamento de riscos; a governança do PIX; o arcabouço de penalidades; a estrutura de

tarifas e as regras gerais para a experiência de pagamento do usuário final. A consulta recebe contribuições até 18/5. Fonte: Abranet

Ministério da Justiça apoia proposta da Anatel de voucher Fistel para baixa renda. O secretário Nacional do Consumidor, Luciano Timm, enviou ofício ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) apoiando a proposta da Anatel para que seja criada uma política pública para assegurar a conectividade aos brasileiros, de maneira a se criar um voucher de consumo a ser distribuído para as famílias pertencentes ao programa Bolsa Família ou ao Cadastro Único do governo Federal. Fonte: Telesíntese

Empresas reclamam de dificuldades para prorrogar dívidas. Empresas e pessoas físicas têm enfrentado dificuldades para ter acesso à pausa de 60 dias no pagamento de parcelas de crédito, anunciada pelos cinco maiores bancos do país. Empresas também reclamam de juros mais caros em novas operações de crédito. No mês passado, Caixa, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander anunciaram a prorrogação por até 60 dias dos vencimentos de dívidas para clientes pessoas físicas e micro e pequenas. Fonte: Agência Brasil

Cidades com mais de 15 mil habitantes começam a usar pregão eletrônico. A partir de segunda-feira (6), os municípios brasileiros com mais de 15 mil habitantes terão de usar o pregão eletrônico para comprar bens e serviços com recursos de convênios com a União e demais transferências voluntárias. A nova regra vale para a aquisição de mercadorias e de serviços usadas no dia a dia. Apenas as obras estão fora dessa modalidade de contratação. Em fevereiro, o pregão eletrônico tornou-se obrigatório nos municípios de mais de 50 mil habitantes. Em 1º de junho, será a vez de as cidades restantes, de até 15 mil moradores, adotarem o sistema. Fonte: Agência Brasil

Proposta altera regras de recuperação judicial de empresas durante pandemia. O Projeto de Lei 1397/20 altera diversas regras da legislação falimentar para acomodar o impacto econômico da pandemia causada pelo coronavírus sobre empresas em dificuldades econômicas. O texto, em tramitação na Câmara dos Deputados, suspende ações judiciais de execução, decretação de falência e institui uma negociação preventiva com os credores, entre outras mudanças. As medidas propostas serão aplicadas em caráter transitório até 31 de dezembro de 2020, ou enquanto durar o período de calamidade pública reconhecido pelo governo federal, e valem para pessoas físicas e jurídicas que desempenham atividades econômicas. Fonte: Agência Câmara

Congresso apresenta 118 emendas à MP que reduz contribuições ao Sistema S. A Medida Provisória que reduz por três meses as contribuições recolhidas por empresas para financiar o Sistema S (MP 932/2020) causou incômodo no Congresso Nacional e em parte da população brasileira. Pelo texto, ficam reduzidas em 50% as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos. A medida vale entre 1º de abril e 30 de junho de 2020. A MP, que integra o pacote do governo federal para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus na economia, recebeu 118 emendas de senadores e deputados. O prazo para apresentação de emendas se encerrou na quinta-feira (2). Até a manhã de segunda-feira (6), a medida contava com 152 mil votos contrários e 2 mil a favor no Portal e-Cidadania do Senado. Fonte: Agência Senado

Planalto sofre revés com prorrogação da CPI das Fake News. Apesar da operação deflagrada na última hora, o Palácio do Planalto não conseguiu barrar a prorrogação da CPI das Fake News. Vista como foco de problemas para o governo, a CPI composta majoritariamente por deputados e senadores de oposição ganhou mais 180 dias e vai funcionar até outubro. O Congresso confirmou o apoio de 34 senadores e 209 deputados à continuidade das investigações, iniciadas em 2019. Fonte: O Estado de S. Paulo

Micro e pequenas empresas terão 90 dias para pagar ICMS do Simples Nacional no RS. Atendendo a pedido do governo do Estado, o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) autorizou a prorrogação dos pagamentos relativos ao ICMS de empresas gaúchas apurado no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório (PGDAS-D). Com isso, o ICMS que seria pago em abril, maio e junho terá vencimento prorrogado para julho, agosto e setembro de 2020, respectivamente. O prazo de 90 dias foi autorizado pelo CGSN para Estados e municípios em reunião realizada nesta sexta-feira (3/4), em Brasília. As orientações sobre os procedimentos operacionais a serem adotados pelos contribuintes devem ser divulgadas pela Receita Federal. Esses três meses valem apenas para o ICMS apurado dentro do regime simplificado. Fonte: O Estado do RS

Portaria determina cadastro de empresas na plataforma Consumidor.gov.br. Publicada na quarta-feira (01) no Diário Oficial da União, a Portaria nº 15 da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, determina o cadastro de empresas na plataforma Consumidor.gov.br para viabilizar a mediação via internet, pela Senacon, dos conflitos de consumo notificados eletronicamente. Fonte: ASCOM SENACON

Aplicam-se as regras do Decreto nº 10.024, de 2019, para municípios entre 15.000 e 50.000 habitantes e entidades da respectiva administração indireta. A Secretaria de Gestão comunica que, no próximo dia 6 de abril de 2020, os municípios entre 15.000 (quinze mil) e 50.000 (cinquenta mil) habitantes e entidades da respectiva

administração indireta deverão observar as regras do novo pregão eletrônico, previstas no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias. A exigência também se aplica a consórcios públicos que celebrem convênios e contratos de repasse com a União, nos termos do inciso III do parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa nº 206, de 18 de outubro de 2019. Fonte: ASCOM Compras Governamentais

Pequenos empreendedores e informais terão até R\$ 6 bilhões em crédito emergencial. Pequenos empreendedores, cooperativas e informais terão mais um apoio do Governo Federal para enfrentar os prejuízos causados pela pandemia do novo coronavírus. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) vai oferecer até R\$ 6 bilhões em linhas de crédito dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). O objetivo é garantir capital de giro e recursos para investimentos nessas regiões. A aprovação pelo Conselho Monetário Nacional ocorreu na segunda-feira (6). Fonte: ASCOM GOV BR

Anatel resiste a incorporar novo protocolo do GSI ao edital do 5G. O Gabinete da Segurança Institucional (GSI) inaugurou uma nova fase da batalha travada dentro do governo para definir critérios de segurança mais rigorosos nas redes de quinta geração da telefonia celular (5G). O embate, com áreas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), tem como pano de fundo o ímpeto de setores do governo de buscar um alinhamento com o governo dos Estados Unidos que, liderado por Donald Trump, banuiu do país o maior fornecedor de equipamentos de telecomunicações, a chinesa Huawei. Fonte: Valor Econômico